

O pensamento militar de Rio Branco e o emprego do Poder Militar na paz*

The (Baron of) Rio Branco military thinking and the permanent use of military power in peace time

Armando de Senna Bittencourt

Vice-Almirante Engenheiro Naval, Reformado; M.Sc. in Naval Architecture (Universidade de Londres); membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da Academia de Marinha de Portugal e de outras instituições congêneres no País e no exterior. Na Marinha do Brasil, foi Diretor de Engenharia Naval (7 anos e meio) e, depois, já na Reserva, Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação (12 anos).

RESUMO

Na paz relativa em que se vive, o Poder Militar pode ser permanentemente utilizado para apoiar os interesses da nação, como propunha Rio Branco. Sua presença, ampliando prestígio e demonstrando capacidade em missões no exterior, como operações de paz, manobras militares com outros países, apoio a Forças Armadas estrangeiras, ou apenas “mostrando a bandeira”, bem como sua atuação em crises, dando ajuda humanitária a outros países, ou mesmo em missões cujo propósito é influenciar reações alheias, persuadindo-os a modificar suas atitudes, ou até mesmo as incentivando, quando assim interessa, compreende um conjunto de ações de caráter diplomático. Esse emprego diplomático do Poder Militar, no contexto atual, é considerado como uma das principais razões da existência de Forças Armadas contemporâneas. O Poder Naval tem um enorme potencial para exercê-lo.

PALAVRAS-CHAVE: Poder Militar; Poder Naval; Pensamento Militar; Diplomacia; Rio Branco

ABSTRACT

In the relative peace we live, the Military Power may be permanently employed to support the national interests, as proposed by Rio Branco. Its presence, spreading prestige and demonstrating capacity in missions abroad, like: peace operations, military manoeuvres with other countries, support to foreign armed forces, or simply “showing the flag”, well as its participation in crises, giving humanitarian help to other countries, as well as in missions which purpose is to persuade others reactions changing or reinforcing it, form a set of diplomatic missions. Actually, this Military Power diplomatic employment is supposed to be the main purpose for the existence of armed forces nowadays.

KEYWORDS: Military Power; Military Thinking; Diplomacy; Rio Branco

* Palestra apresentada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 7 de junho de 2017. Artigo recebido em 26 de abril de 2017 e aprovado para publicação em 11 de maio de 2017.

INTRODUÇÃO

O desentendimento entre nações existe em função de conflitos de seus interesses. Cada uma delas reage às ameaças adotando uma das três possíveis atitudes: a negociação por via diplomática, com o respaldo do Poder Nacional; a capitulação, diante de prováveis consequências adversas; ou a defesa de seus interesses, principalmente com ênfase no emprego do Poder Militar, evoluindo se preciso para a violência.

A violência, quando ocorre, leva a uma situação de enfrentamento em que um lado procura subjugar o outro pelo emprego da força, caracterizando o que formalmente se classifica como guerra. Assim, estabeleceram-se no passado dois ambientes distintos, o da paz e o da guerra. A paz, no entanto, é sempre desejada. Mesmo quando se fazem as guerras é com o propósito de alcançar uma situação futura de paz, unilateralmente favorável.

A Carta das Nações Unidas tirou dos países o direito à guerra. No mundo atual, só existe legalmente o direito à legítima defesa. Coutau-Bégarie, em seu livro *Le Meilleur des Ambassadeurs*¹, ressalta que a guerra não pode ser mais rigorosamente definida de um ponto de vista jurídico. Isso, no entanto, não impediu a existência da violência, pois, durante as últimas décadas, ocorreu uma grande quantidade de conflitos limitados violentos, sem declaração de guerra.

As políticas de Defesa Nacional contemporâneas, inclusive a brasileira², dão, em geral, ênfase à solução pacífica dos conflitos de interesses entre países, por meio da diplomacia. A utilização da mesa de negociações é a desejável, mas, para que essa política seja eficaz, é preciso, no entanto, que haja o respaldo de Forças Armadas adequadamente preparadas para dissuadir o emprego da violência. As Forças Armadas, portanto, fazem parte da estratégia da diplomacia para manter a paz da forma desejada por sua nação. Aquela paz em que são preservados os interesses nacionais.

É duvidoso que a diplomacia pudesse existir sem a percepção da possibilidade da violência, principalmente em alguns conflitos que envolvem interesses nacionais muito importantes para ambos os lados. A ne-

cessidade de estar preparado para a guerra a fim de preservar a paz é um paradoxo, mas uma precaução pragmática, sem alternativa. Diplomacia e Poder Militar, no mundo real, são complementares.

José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco foi muito provavelmente o maior estadista do período republicano da História do Brasil. Seu pensamento sobre o emprego das Forças Armadas e sua reação em alguns dos acontecimentos do período em que foi ministro das Relações Exteriores (1902-1912) são exemplos notáveis do emprego do Poder Militar na paz e mostram como seu pensamento, em grande parte, seria adequado até para os tempos atuais.

O EMPREGO DO PODER MILITAR NA PAZ COMO ESTRATÉGIA DE RIO BRANCO³

Rio Branco⁴ foi um importante historiador militar brasileiro e publicou diversas obras de relevância, principalmente para a historiografia dos conflitos ocorridos na região do Rio da Prata. Suas anotações na edição brasileira do livro de Schneider sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai, baseadas principalmente em fontes primárias, o tornam uma referência imprescindível ao estudioso, até os dias de hoje.

A História foi uma dedicação de toda sua vida e ele foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1907 a 1912. Com 16 anos, em 1862, publicou em uma revista: "Episódios da Guerra do Prata"⁵, sobre a Guerra da Cisplatina. Ainda estudante de Direito, escreveu e ilustrou artigos sobre a guerra contra o Paraguai para a revista *L'illustration*, de circulação internacional, e publicou biografias de vultos militares. À sua experiência como secretário de seu pai, o Visconde do Rio Branco, na missão diplomática ao final da guerra contra o Paraguai, depois, nas negociações de paz, somaram-se os anos que dedicou aos estudos de assuntos históricos e outros de seu interesse durante a longa estada na Europa, como cônsul em Liverpool, mas mantendo residência em Paris. As Memórias, que apresentou nas diversas questões de fronteiras de que foi incumbido⁶, atestam seus vastos conhecimentos

de História e Geografia, fundamentais para obter a vitória com suas argumentações.⁷

Para administrar as diversas crises que surgiram em sua época nas relações internacionais com o Brasil, seu bom conhecimento de História Militar lhe possibilitou estabelecer uma estratégia de emprego do Poder Militar. Sua visão é a do emprego permanente, na guerra ou na paz. Na paz, como instrumento útil às estratégias para aplicação da Política Externa.

Somente a partir da segunda metade do século XX, essa utilização do Poder Militar, que sempre existiu, foi analisada em destaque pelos estudiosos de assuntos militares e denominada "emprego diplomático". É essa "diplomacia militar", considerada muito importante nos tempos atuais, que parece estar no pensamento de Rio Branco.

A concepção atual é que o confronto entre os Estados, resultante de conflitos de interesses em tempo de paz, ocorre dentro da realidade dinâmica das relações internacionais e envolve disputas políticas, econômicas e em outros campos da esfera do Poder Nacional. Nesse contexto, o potencial ofensivo, que é intrínseco do Poder Militar, por sua simples existência, quando utilizado intencionalmente, ou mesmo por excitação indireta, causa reações políticas nos países observadores. Tais reações podem ser acidentais ou refletir resultados intencionalmente desejados, incitados por meio de uma "persuasão armada"⁸.

O termo persuasão é significativo. Os observadores externos, percebendo o emprego das forças militares, avaliam as intenções de seu uso, o que influi, conseqüentemente, em suas reações, por se sentirem apoiados, dissuadidos, ou mesmo compelidos⁹ a um comportamento desejado por quem as emprega.

A importância da "diplomacia militar", segundo Coutau-Bégarie, está na essência das missões das Forças Armadas contemporâneas e contribuem para sua legitimidade nos tempos atuais¹⁰.

Essa importância, no entanto, já existia no passado e o emprego diplomático do Poder Militar sempre ocorreu, de forma consciente ou não. Portanto, é interessante estudar o exercício da diplomacia exercido

por Rio Branco para perceber o que pensava desse emprego. Porém, seu verdadeiro pensamento, segundo Joaquim Nabuco, é um mistério,¹¹: "Ninguém o penetrou nunca. Mas mesmo por não se poder penetrar não se lhe deve imputar nenhuma intenção precisa..."¹².

Sua preocupação em ter um Poder Militar suficiente para respaldar os interesses do Brasil, no entanto, está explícita em muitos documentos. Pode-se citar trechos de várias de suas cartas e discursos. Alguns deles merecem destaque para o propósito aqui desejado.

Coube a ele resolver, quando ainda era um diplomata brasileiro na Europa, antes de ser Ministro das Relações Exteriores, duas difíceis questões de fronteiras, primeiro a questão dos Territórios das Missões, com a Argentina, conhecida como a "Questão de Palmas", e depois a questão das fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa.

Nesse período da História do Brasil, quando da transição do século XIX para o XX, as crises econômicas, as revoltas internas, o positivismo antimilitarista e o fato de que o País não acompanhara o progresso tecnológico internacional fizeram com que o Poder Militar brasileiro estivesse defasado em tecnologia e aprestamento, mesmo em relação aos vizinhos.

Em uma carta de Rio Branco para Joaquim Nabuco, datada de 26 de agosto de 1892, ele mostra como via o despreparo militar brasileiro por ocasião da importante "Questão de Palmas":

(...) sem Esquadra, sem Exército, sem torpedos, quando nossos vizinhos têm tudo isso... Entendo que a situação é gravíssima, e que se os argentinos aproveitarem agora o ensejo que a criminosa imprevidência de nossos governantes lhes oferece, teremos de passar por grandes vergonhas e humilhações (...). A nossa Esquadra não faz evoluções¹³, como nosso Exército não faz manobras de campanha. Daí uma ignorância espantosa. Entende-se, entre nós, que só depois de começada uma guerra deve-se começar a aprender a guerra.¹⁴

A imprevidência de não possuir um Poder Militar condizente com a defesa dos interesses do País era ainda mais grave com relação aos Estados Unidos e às potências europeias. O Reino Unido ocupara a Ilha da Trindade durante 1895-1896 e a França tentara se apossar do Amapá, em 1895, empregando a Canhoneira francesa *Bengali*, e poder-se-ia citar outros exemplos, inclusive de interesses de empresas privadas no Amazonas.

Rio Branco sabia, portanto, que não poderia contar, naquele momento, com o respaldo do Poder Militar, tão necessário à solução pacífica das controvérsias. Porém, suas duas primeiras questões de fronteiras foram submetidas à arbitragem internacional e sua argumentação bem comprovada e erudita obteve um total bom êxito. Tornou-se ele, então, um herói nacional e logo foi convidado para assumir o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Assumiu-o em janeiro de 1902, após ser recebido triunfalmente no Rio de Janeiro, quando chegou de navio da Europa¹⁵. Havia, naquele momento, a questão, ainda mais difícil, do Acre, para ser resolvida com a Bolívia.

Sua carta de 16 de fevereiro de 1902, de caráter privado para José Veríssimo Dias de Matos, escritor, jornalista e educador, explica porque solicitou ao governo forças do Exército e da Marinha para a região:

O negócio do Acre, como sabe, não está terminado, mas espero em Deus que há de terminar brevemente, por um acordo razoável e satisfatório. Para que cheguemos a esse resultado, sem derramamento de sangue, é preciso que nos mostremos fortes e decididos a tudo. Deus nos livre de uma guerra, desmantelados, empobrecidos como estamos...¹⁶

Mais adiante, na mesma carta:

“(...) o nosso amor à paz não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar a que nos levaram as nossas discórdias civis e um período de agitações políticas”¹⁷

Mais tarde, em 1911, em um discurso para o Clube Militar, ele explicou seu pensamento político sobre a paz:

“Querer a educação cívica e militar de um povo(...) não é querer a guerra: pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando as possibilidades de afrontas e de campanhas desastrosas”¹⁸

Resolvido o problema do Acre, por meio de compra do território boliviano, seguiu-se a questão das áreas litigiosas do Alto Purus e do Alto Rio Juruá, com o Peru, ocupadas militarmente por esse país.

Além de Rio Branco mandar apreender armas importadas pelo Peru, que passavam pelo Amazonas, solicitou uma Força Naval e “pelo menos 6.000 soldados”. Contrariou-se ao saber depois, que somente fora atendido parcialmente, pois estava-se, segundo ele:

(...) a dar tempo ao Peru para que se reforce e fortifique em Iquitos, no Juruá e no Purus (...) Fui ter com o Presidente para lhe manifestar a minha contrariedade diante de tantos adiamentos, quando desde tanto tempo, no interesse da paz, eu peço e insisto que nos mostremos fortes e prontos para dar um golpe que impressione os peruanos (...)¹⁹

Verifica-se portanto que é clara sua intenção de empregar diplomaticamente forças militares para persuadir o Peru a adotar uma reação política por ele desejada, em benefício dos interesses nacionais brasileiros, evitando um conflito violento.

Como Ministro das Relações Exteriores, podia somente incentivar e apoiar a modernização das Forças Armadas brasileiras, tratou de cooperar com os programas militares das Forças, e de buscar soluções práticas. Por admirar o esforço que se estava realizando na Alemanha, unificada há pouco mais de duas décadas, na preparação de seu Exército e de sua Marinha, negociou estágios de oficiais brasileiros e iniciou a negociação da vinda de uma Missão Militar alemã para o Exército Brasileiro – negociação mais tarde frustrada pela Primeira Guer-

ra Mundial e posteriormente substituída por uma Missão Militar francesa.

Quanto à Marinha, Rio Branco dedicou a ela uma atenção especial, pois, por ser bom conhecedor de História Militar, sabia que o Poder Naval podia ser muito útil para manter a paz da forma que ele desejava para o País. O Poder Naval tem um notável potencial de emprego na paz, muito útil para a política externa da nação. Navios de guerra são formidáveis instrumentos de diplomacia: “mostram a bandeira” em outros países; evacuam pessoas, quando necessário, em crises; e podem apoiar aliados e sinalizar cautela aos oponentes, sem que isso seja considerado um ato de guerra. As Forças Navais são aquelas que podem ser empregadas diplomaticamente em condições inigualáveis por Forças baseadas em terra, graças principalmente a seus atributos de: mobilidade, versatilidade de tarefas, flexibilidade tática, autonomia, capacidade de projeção de poder e alcance geográfico. Concorre para isso o conceito de liberdade dos mares, que possibilita aos navios de guerra se deslocarem livremente em águas internacionais, atingindo locais distantes e lá permanecendo, sem maiores comprometimentos²⁰.

Quando, no início de 1907, o Brasil confirmou a compra dos encouraçados do tipo *Dreadnought*, do Programa Naval de 1906, com os estaleiros britânicos, criou-se uma crise com a Argentina. Ela mantinha, nessa época, uma situação vantajosa e essa encomenda desequilibraria favoravelmente para o lado brasileiro a comparação de Poderes Navais, pois esse novo tipo de navio, o *Dreadnought* tornara obsoletos todos os encouraçados de projetos anteriores. A reação argentina foi procurar conter o programa brasileiro. O terceiro navio desejado pelo Brasil tornou-se, então, causa de séria discórdia.

A questão foi tratada apaixonadamente pelos jornais, pelo governo e pela opinião pública da Argentina. Contribuiu para isso a atuação do Chanceler Estanislau Severo Zeballos.

Rio Branco não considerou adequado alterar a encomenda, porque a modificação seria “um golpe mortal no nosso prestígio”, segundo ele.

A Argentina anunciou que sua Esquadra realizaria uma manobra na costa do Brasil nos primeiros meses de 1909. Tudo indica

que seria emprego político do Poder Naval, uma ação de persuasão armada. Rio Branco percebeu que a manobra argentina tinha a possibilidade de se transformar em violência militar, aproveitando a vantagem que tinham, antes do recebimento dos encouraçados pelo Brasil, o que somente ocorreu em 1910. Essa suspeita se baseava, inclusive, no que era divulgado pelos jornais argentinos, sobre a necessidade de dar uma grande lição ao Brasil.

A solução que Rio Branco vislumbrou para essa crise foi apelar para os Estados Unidos, já que, para os interesses norte-americanos, um conflito entre Brasil e Argentina que afetasse o *status quo* na América do Sul não seria bem-vindo. Como solução, os americanos propuseram a construção de dois *Dreadnoughts* nos Estados Unidos, para os argentinos, resolvendo assim o desequilíbrio de forças causado pela encomenda brasileira e, para resolver a crise do momento, divulgaram que enviariam uma Força Naval ao Brasil, caso a Argentina confirmasse essas manobras, tal como anunciadas.

Nada ocorreu e as tensões diminuíram de intensidade com a eleição na Argentina do Presidente Saens Peña, que governou de 1910 a 1914. Zeballos deixou de ser o chanceler, mas continuou ativo, pelos jornais, incitando um conflito com o Brasil.

Saens Peña visitou o Brasil, assim que pôde, e propôs ao Presidente Hermes da Fonseca que os dois países não construíssem um terceiro encouraçado, o que foi concordado. A obra do terceiro *Dreadnought* brasileiro, o *Rio de Janeiro*, no entanto, prosseguiu na Inglaterra e só mais tarde, por dificuldades econômicas, o navio ainda não concluído foi vendido para a Turquia. Depois, com o início da Primeira Guerra Mundial, esse navio foi requisitado pelos britânicos e participou dessa guerra na Marinha Real.

Rio Branco faleceu em 1912, no exercício do cargo. Durante o período que foi Ministro das Relações Exteriores, insistiu para que o País tivesse um Poder Militar suficiente para dissuadir agressões aos interesses nacionais. Obteve relativo sucesso apoiando a obtenção da Esquadra de 1910, nos estágios militares na Alemanha e na aquisição de armamento moderno.

O EMPREGO DIPLOMÁTICO DO PODER NAVAL

Apesar do emprego diplomático do Poder Naval ser antigo, as primeiras obras especificamente sobre o assunto são da década de 1970. O autor do trabalho pioneiro sobre essa dimensão política do emprego de Forças Navais, que atualmente ocupa uma das funções mais importantes de uma Marinha de Guerra, foi o diplomata britânico Sir James Cable, em 1971, com seu livro *Gunboat Diplomacy*²¹. Em seguida, Edward N. Luttwak publicou, em 1974, *The Political Uses of Sea Power*²². Estes dois trabalhos apresentam uma grande quantidade de exemplos do passado.

Ainda na década de 1970, apareceram também dois trabalhos importantes sobre esse assunto: o artigo do Vice-Almirante Stansfield Turner, "Missions of the US Navy", na *Naval War College Review* de jan/fev de 1974, e o livro de Ken Booth, *Navies and Foreign Policy*²³, de 1977. Esta obra de Ken Booth foi traduzida para o português pelo então Vice-Almirante José Maria do Amaral Oliveira e publicada, com a permissão do autor, na *Revista Marítima Brasileira* do trimestre de julho a setembro de 1979, com o título "As Marinhas e a Política Externa".

Esses livros e artigo tiveram repercussão em vários países, inclusive no Brasil, onde influenciaram obras que as utilizaram como fonte de conhecimento, na Escola de Guerra Naval e fora dela. Destacam-se, como pioneiros no Brasil, o que foi publicado pelo Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal²⁴, provavelmente no período em que foi diretor dessa Escola na década de 1980, e o artigo na *Revista Marítima Brasileira* de 1989, do então Capitão de Mar e Guerra Paulo Lafayette Pinto, *O Emprego do Poder Naval em Tempo de Paz*.

Em 2010, o Professor Hervé Coutau-Bégarie, cujas obras sobre estratégia muito influenciaram também os estudos na Escola de Guerra Naval brasileira, publicou seu livro *Le Meilleur des Ambassadeurs, théorie et pratique de la diplomatie navale*²⁵. Seu título se baseia em uma frase de Oliver Cromwell (sec. XVII), "a man-of-war is the best ambassador" (um navio de linha é o melhor embaixador).

Tanto Coutau-Bégarie quanto Joseph Henrotin, em seu livro *Les Fondements de la Stratégie Navale au XXI Siècle*²⁶, enfatizam em sua obra o emprego diplomático como um dos empregos do Poder Naval mais importantes na atualidade.

Em 2015, a Escola de Guerra Naval brasileira publicou para seu uso exclusivo, em formato digital, o livro *Estratégia marítima no século XXI – A contribuição do Almirante Castex*, de Lars Wedin. O livro inclui uma análise da diplomacia naval, adotando a tipologia de Coutau-Bégarie, que a divide em missões permanentes e de situações de crise. As permanentes incluem a diplomacia de rotina, principalmente para manter ou criar prestígio, como:

- demonstração permanente do Poder Naval;
- estabelecimento de bases ou de estações navais em locais de interesse estratégico;
- auxílio naval;
- visitas operativas a portos; e
- visitas específicas de boa vontade.

A demonstração permanente do Poder Naval ocorre através de ações como: manobras com forças, deslocamentos, reforços e reduções de nível de forças; aumento ou redução da prontificação para combate; e outras.

O estabelecimento de bases ou de estações navais em locais de interesse estratégico é importante para dar e demonstrar capacidade de pronta intervenção na região.

O auxílio naval inclui a instalação de Missões Navais, o fornecimento de navios e o apoio de manutenção.

As visitas a portos estrangeiros, para reabastecimento, descanso das tripulações, ou mesmo, específicas de boa vontade, no que se denomina "mostrar a bandeira", podem transmitir a imagem do prestígio da Marinha no país visitado.

Em crises, as nações detentoras de Poder Naval podem empregar seus navios de guerra e forças navais com o propósito de sustentação, de dissuasão, ou mesmo de coerção. A demonstração da existência de um Poder Naval preparado pode fazer, nessas ocasiões, com que aliados se sintam apoiados em suas decisões políticas ou táticas (sustentação) e inimigos desistam de

suas intenções agressivas (dissuasão), se essa demonstração for percebida por eles.

A coerção se exerce fazendo alterar uma atitude já assumida. Pode ser “compelente”, quando a uma ação já iniciada é forçada uma determinada linha de ação, modificando-a, ou “deterrente”, quando inibe a ponto de impedir que ocorra, e em geral, a tática empregada é a de posicionar forças navais próximas do local da crise, de forma “visível” ao observador que se deseja persuadir a uma atitude desejada.

EXEMPLOS DE MISSÕES DE DIPLOMACIA NAVAL NO BRASIL

Na História Naval brasileira e na atualidade, existem diversos exemplos de emprego diplomático do Poder Naval. Podem-se destacar:

– as operações com Marinhas aliadas, como: as diversas Operações UNITAS, com a Marinha dos Estados Unidos e de outros países da América do Sul; as Operações FRATERNAL, com a Armada da República Argentina; e muitas outras;

– a participação, no passado e no presente, em diversas missões de paz de organizações internacionais, como em São Domingos, Angola, Moçambique, Nicarágua, Haiti e no Líbano, por exemplo;

– as viagens de instrução dos navios-escola e as visitas a portos estrangeiros, “mostrando a bandeira”;

– o apoio que a Marinha do Brasil presta a outras Marinhas aliadas, inclusive do Continente Africano; e

– as estações navais do século XIX, em Cabinda, na África, referente à repressão ao tráfico negreiro, e no Uruguai, referente ao interesse estratégico do Império de manter a navegabilidade dos rios formadores do Rio da Prata para o Brasil, possibilitando o livre acesso a Mato Grosso e ao interior do Rio Grande do Sul.

Em situações de crise, preponderaram nos séculos passados tentativas de persuasão, classificáveis como “diplomacia de canhoneira” (gunboat diplomacy), em que enviou-se uma força naval brasileira para persuadir outro país a adotar uma atitude desejada. Existem inúmeros exemplos;

umas tiveram sucesso, outras levaram a situações inesperadas e indesejadas, resultante de uma má avaliação de todas as possíveis consequências.

No século XIX:

– a missão da Força Naval comandada pelo Almirante Pedro Ferreira de Oliveira, no Rio Paraguai, na década de 1850, cujo propósito era obter do Paraguai a livre navegação no rio, o que era importante para o acesso brasileiro a Mato Grosso, redundou em total fracasso, pois os paraguaios perceberam que, apesar da demonstração de força, não havia a intenção de usá-la e assinou-se um acordo desfavorável para o Brasil, que não foi ratificado;

– a missão da Força Naval comandada pelo Almirante Barão de Tamandaré em 1864, no Uruguai, respaldando a ação da diplomacia brasileira, principalmente para obter compensações e garantias do Governo do Uruguai para as propriedades de brasileiros residentes, durante a guerra civil nesse país. A diplomacia não obteve sucesso em sua missão, apesar do seu reconhecido esforço, e passou-se às represálias e, depois, à intervenção militar, que acabou apoiando um dos lados beligerantes na guerra civil desse país. A intervenção brasileira no Uruguai contrariou interesses da política externa paraguaia e, inesperadamente, tornou-se o estopim da Guerra da Tríplice Aliança, para a qual o Brasil e seus aliados não estavam preparados.²⁷

O mais recente episódio de emprego diplomático do Poder Naval no Brasil foi a chamada Guerra da Lagosta, na década de 1960, que é um excelente exemplo desse emprego, resultando em bom êxito brasileiro. Foi uma crise política e estratégica envolvendo a França e o Brasil em uma disputa sobre a pesca de lagostas na plataforma continental brasileira. O Brasil defendia o pescador nordestino, como enfatizou em seu parecer, na época, o oceanólogo Almirante Paulo Moreira da Silva, porque esse é o seu meio de vida e sua forma de pescar, com covos (armadilhas), permite uma pesca sustentável²⁸.

A crise se tornou séria quando a França enviou navios de guerra para proteger seus pescadores e manteve, em manobras, uma Força Naval de considerável porte, a poucos dias do local da disputa, na costa da África.

Como resposta, uma Força Naval brasileira seguiu para o litoral do Nordeste, mas felizmente não houve um confronto violento. O comentário de Coutau-Bégarie, em seu livro *Le Meilleur des Ambassadeurs*, é esclarecedor sobre o final dessa crise. Ele diz que o Governo da França não podia continuar engajado nessa escalada e substituiu o navio de guerra armado com mísseis, que protegia os navios pesqueiros, por um navio mais modesto, a fim de desengajar sem “*trop perde la face*”. Depois, os barcos de pesca foram chamados de volta.

Com o emprego diplomático de seu Poder Naval, os franceses conseguiram postergar a retirada dos barcos de pesca por aproximadamente 18 dias além do prazo que lhes fora concedido.

A Marinha do Brasil, por sua vez, acabou sendo empregada diplomaticamente, em uma missão de persuasão ativa, ou seja, coerção, porque alterou uma atitude já assumida pelos franceses. Tudo, então, voltou à situação anterior à crise e para a área da diplomacia, de onde, do ponto de vista dos brasileiros, nunca a França deveria ter deixado sair.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na paz relativa em que se vive, o Poder Militar pode ser permanentemente utilizado para apoiar os interesses de sua nação, como Rio Branco bem sabia. Isso é verdade tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento, em função apenas do ambiente regional onde se situam.

Por ser uma das principais razões da existência de Forças Armadas na atualidade, é importante que os requisitos operacionais dos meios e o adestramento incluam

seu emprego diplomático. Isso, porém, não significa que se deva dar ênfase excessiva a isso na preparação do Poder Militar, em detrimento das qualidades que tornam os meios eficazes em uma guerra. Estar preparado para a guerra é o verdadeiro propósito de um Poder Militar e o que garante seu efeito de dissuasão, tão importante para a manutenção pacífica da paz desejada.

Uma avaliação correta no planejamento de uma missão de persuasão é fundamental para seu bom êxito. Um insucesso pode causar graves e inesperadas consequências, podendo também afetar o prestígio das Forças Armadas do País. O acompanhamento da missão, por meio de uma permanente avaliação política, também é muito importante, pois permite adotar ações corretivas, em vista dos acontecimentos. Cabe observar que a intensidade pela qual se manifestam as reações ao emprego diplomático do Poder Militar depende da percepção e da decisão de seres humanos e, conseqüentemente, exige uma abordagem probabilística nessas avaliações.

O ambiente doméstico do país que é alvo da persuasão é básico no contexto político das decisões que governam sua eficácia. É fundamental que os líderes desse país aceitem serem persuadidos e até cooperem, servindo de intermediários com a opinião pública, para que o objetivo da persuasão seja considerado uma necessidade imposta e a atitude tomada como pragmática²⁹.

A análise do passado demonstra a necessidade do emprego permanente do Poder Militar e para o Brasil, é muito importante manter o Poder Militar capaz de inibir interesses antagônicos e incentivar aliados, contribuindo portanto, para conservar a paz da forma desejada pelos brasileiros.

BIBLIOGRAFIA:

- BITTENCOURT, Armando de Senna, “O Emprego do Poder Militar como Estratégia de Rio Branco”, in *Barão do Rio Branco, 100 anos de memória*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- BOOTH, Ken. *Navies and Foreign Policy*. London: Routledge Revivals, 1977.
- CABLE, Sir James. *Gunboat Diplomacy*. London: Chatto and Windus, 1971.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Le Meilleus ders Ambassadeurs, théotie e pratique de la diplomatie navale*. Paris: Économica, 2010.

HEINSFELD, Adelar. Rio Branco e a política armamentista: repercussão no Congresso, in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011.

HENROTIN, Joseph, *Les Fondements de la Stratégie Navale au XXIe Siecle*. Economica. Paris, 2011.

LUTTWAK, Edward. *The Polytical Uses of Sea Power*. Baltimore: 1974.

PEIXOTO, Ricardo Amado. *Terra Sólida: a influência da geopolítica brasileira e da Escola Superior de Guerra na Política Externa do Governo Castelo Branco – Dissertação de Mestrado*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro 2000.

VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1959.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *O emprego político do Poder Naval*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, s.d.

WEDIN, Lars. *Estratégia marítima no século XXI – A contribuição do Almirante Castex*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2016 .

NOTAS

¹ COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Le Meilleur des Ambassadeurs, théorie et pratique de la diplomatie navale*. Paris: Économica, 2010, pg. 48.

² A Política Nacional de Defesa do Brasil vem sendo atualizada periodicamente. Ela enfatiza a solução pacífica dos conflitos e lista os Objetivos Nacionais de Defesa, sendo o primeiro deles “a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial”.

³ Tendo como principal fonte a palestra de BITTENCOURT, Armando de Senna, “O Emprego do Poder Militar como Estratégia de Rio Branco”, apresentada no Seminário do Centenário da Morte de Rio Branco, no Palácio Itamaraty, e publicada in *Barão do Rio Branco, 100 Anos de Memória*. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2012, pg. 57-73.

⁴ O Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior, alterou seu sobrenome, acrescentando Rio Branco e tirando o Júnior, após a República. Rio Branco era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

⁵ VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1959, p.23.

⁶ As Memórias das Questões de Limites foram publicadas, na década de 1940, pelo Ministério das Relações Exteriores em uma coleção *Obras do Barão do Rio Branco*.

⁷ PEIXOTO, Renato Amado. *Terra Sólida: a influência da geopolítica brasileira e da Escola Superior de Guerra na política externa do governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

⁸ LUTTWAK, Edward. *The Political Uses of Sea Power*. Baltimore: 1974.

⁹ Enquanto apoiar e dissuadir são ações defensivas, compelir, que implica utilizar uma força ameaçante, para incitar o adversário a adotar um comportamento diferente, é ofensiva.

¹⁰ COUTAU-BÉGARIE, Hervé, *opus cit.* Pg. 18.

¹¹ Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), político, historiador, jurista e jornalista. Foi embaixador nos EUA de 1905 a 1910.

¹² VIANA FILHO, Luiz, *opus cit.* Pg. 371. Carta de Nabuco a Graça Aranha, de 12 de janeiro de 1907.

¹³ As Esquadras se adestravam para que os navios em formaturas permitissem concentrar o poder de fogo sobre o inimigo, buscando sempre situações favoráveis. Isso implicava exercícios com conjuntos de navios de guerra para treinar evoluções intrincadas em manobras.

¹⁴ VIANA FILHO, Luiz. *A Vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, pg. 23.

¹⁵ Foi levado do navio para terra na Galeota D. JoãoVI, embarcação histórica preservada pela Marinha.

¹⁶ VIANA FILHO, Luiz. *Opus cit.*, pg.332.

¹⁷ HEINSFELD, Adelar. “Rio Branco e a Política Armamentista: repercussão no Congresso Nacional Brasileiro”, in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011, pg. 5.

¹⁸ Idem.

¹⁹ VIANA FILHO, Luiz. *Opus cit.*; pg. 351.

²⁰ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *O Emprego Político do Poder Naval*. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, s.d.

²¹ CABLE, Sir James. *Gunboat Diplomacy*. Chatto and Windus. Londres, 1971.

²² COUTAU-BÉGARIE, Hervé, *opus cit.*

²³ BOOTH, Ken. *Navies and Foreign Policy*. Routledge Revivals. London, 1977.

²⁴ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *opus cit.*

²⁵ COUTAU-BÉGARIE, Hervé, *opus cit.*

²⁶ HENROTIN, Joseph. *Les Fondements de la Stratégie Navale au XXIe Siecle*. Paris: Économica, 2011, pg. 399.

²⁷ O Paraguai deveria, talvez, ter esperado o recebimento dos navios encouraçados que encomendaram na Europa, para aumentar suas chances de obter uma rápida vitória, com o controle do Rio Paraná.

²⁸ Diferentemente do camarão, a biologia da lagosta não possibilita sua criação em cativeiro.

²⁹ LUTTWAK, Edward N. *Opus cit.*, pg. 54-61.